



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO
DOCENTE: FÁBIO NUNES

CÁSSIA FERREIRA LIMA

**O QUILOMBO ALTO DO CAPIM: UMA PERSPECTIVA
CONTEMPORÂNEA DE TERRITORIALIDADE**

JACOBINA-BA

2024

CÁSSIA FERREIRA LIMA

**O QUILOMBO ALTO DO CAPIM: UMA PERSPECTIVA
CONTEMPORÂNEA DE TERRITORIALIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no curso de Licenciatura em Geografia, na Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção de título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Fábio Nunes de Jesus

JACOBINA-BA

2024

CÁSSIA FERREIRA LIMA

O Quilombo Alto do Capim: Uma perspectiva contemporânea de territorialidade

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à disciplina TCC II, para
obtenção do grau de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia
- UNEB

Aprovado em: 03/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profº Dr. Fábio Nunes de Jesus

Profº Mr. Gislene Maria Mota

Profº Mr. Jorima Valoz Santos

JACOBINA - BA

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me permitir fazer esta graduação, me dando força e sabedoria para enfrentar os desafios impostos pela vida acadêmica e ter chegado até este momento.

A todos que me apoiaram durante esta trajetória, e a todos os colegas que se fizeram presentes na minha caminhada, a todos os professores que me acolheram e puderam transmitir um pouco dos seus saberes. A todos que tiveram tempo para estar ajudando, seja com uma informação, ou aqueles que estiveram presentes no objeto de estudo.

Ao meu orientador Fábio Nunes de Jesus, pela paciência, orientação, e dedicação ao longo deste trabalho. Sua experiência foi fundamental para realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS

AMPAC - Associação de Moradores do Povoado de Alto do Capim

AQPAC - Associação de Pequenos Produtores de Alto do Capim e suas Adjacências

ASAAC - Associação dos Agricultores de Alto do Capim

CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas

CNPCT - Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FCP - Fundação Cultural Palmares

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEC - Ministério da Educação e cultura

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MPF - Ministério Público Federal

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

PTDSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Figura 1: Mapa: Comunidades quilombolas certificadas na Bahia	20
Figura 2: Tabela: Principais ações ocorridas após certificação	37
Figura 3: Mapa: Localização do Território Quilombola de Alto do Capim em Quixabeira- BA	38
Figura 4: Grupo de Capoeira Ave Branca	41
Figura 5: Projeto Bahia Produtiva	42
Figura 6: Orquestra Harmonia do Quilombo	43
Figura 7: EMEF Antônio Lúcio de Santana (vista interior)	44
Figura 8: EMEF Antônio Lúcio de Santana (vista exterior)	44

O QUILOMBO ALTO DO CAPIM: UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DE TERRITORIALIDADE

RESUMO

Este estudo pretende analisar os processos que foram responsáveis pelas mudanças acontecidas no Povoado de Alto do Capim, comunidade de remanescentes de quilombo da cidade de Quixabeira, no estado da Bahia. A busca de explorar o contexto de vivência do lugar em comunidade, e como o título de Remanescentes de Quilombo, edificou mudanças significativas ao longo dos anos. Também é favorável identificar quais são as redes que interligam os espaços quilombolas e como afetam o contexto social local. O pressuposto teórico de comunidade quilombola se faz presente através do âmbito do reconhecimento pessoal, abrangendo assim a relação com o social, esse contexto reflete no dia a dia de vivência e fortalecimento da identidade. E a partir disso trabalhar em três capítulos as percepções a respeito dessa comunidade e as políticas públicas que configuram a luta pela visibilidade e superação da discriminação e repressão ao povo negro. Nesta pesquisa trabalharemos a partir do olhar de alguns autores, no primeiro capítulo traremos as percepções do geógrafo Kabengele Munanga, que discute a importância de reconhecer e valorizar a identidade afro-brasileira como parte integrante da cultura brasileira. Ele enfatiza a necessidade de compreender a diversidade étnico-racial do Brasil e sua influência na formação da sociedade brasileira. Já no segundo capítulo será abordado o Milton Santos, geógrafo que aborda a luta histórica das comunidades quilombolas pela posse e demarcação de suas terras ancestrais. Ele destaca como essas lutas são centrais para a garantia da sobrevivência cultural e social dessas populações. No terceiro capítulo veremos a partir da perspectiva de Claudio Benedito Baptista Leite, ele que investiga as relações entre espaço, território e educação, com foco na promoção da igualdade educacional e no reconhecimento das identidades quilombolas. E com essas ideias construiremos uma pesquisa amparada nas concepções desses autores renomados que levam a questão negra ao mundo.

PALAVRAS CHAVE: Quilombo. Identidade. Direitos. Comunidades Quilombolas.

Summary

This study aims to analyze the processes that were responsible for the changes that took place in the Village of Alto do Capim, a community of quilombo remnants in the city of Quixabeira, in the state of Bahia. The quest to explore the context of community experience of the place, and as the title of Remanescentes de Quilombo, has led to significant changes over the years. It is also beneficial to identify which networks interconnect quilombola spaces and how they affect the local social context. The theoretical assumption of the quilombola community is present through the scope of personal recognition, thus encompassing the relationship with the social, this context reflects in the day-to-day experience and strengthening of identity. And from this, we work in three chapters on the perceptions regarding this community and the public policies that shape the struggle for visibility and overcoming discrimination and repression against black people. In this research we will work from the perspective of some authors, in the first chapter we will bring the perceptions of geographer Kabengele Munanga, who discusses the importance of recognizing and valuing Afro-

Brazilian identity as an integral part of Brazilian culture. He emphasizes the need to understand Brazil's ethnic-racial diversity and its influence on the formation of Brazilian society. In the second chapter, Milton Santos, a geographer who addresses the historical struggle of quilombola communities for possession and demarcation of their ancestral lands, will be discussed. He highlights how these struggles are central to ensuring the cultural and social survival of these populations. In the third chapter we will see from the perspective of Claudio Benedito Baptista Leite, who investigates the relationships between space, territory and education, with a focus on promoting educational equality and the recognition of quilombola identities. And with these ideas we will build research based on the concepts of these renowned authors who take the black issue to the world.

KEYWORDS: Quilombo. Identity. Rights. Quilombola Communities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. QUILOMBOS NO SÉCULO XXI: DESAFIOS DA PERMANÊNCIA	13
1.1. Do contexto colonial à busca da dignidade	16
1.2. De uma ruptura ideológica a valorização das 'terras de preto	18
2. DIAGNÓSTICO DE RECONHECIMENTO E SEU HISTÓRICO: CAMINHOS DA CERTIFICAÇÃO	24
2.1. Da certificação à identidade coletiva	27
2.2. O quilombo e o rural, a subsistência de um povo	30
3. PERSPECTIVAS FUTURAS DE RECONHECIMENTO	31
3.1. A educação como perspectiva de mudança	33
3.2. A educação em vista das políticas públicas na Comunidade do Alto do Capim	34
3.3. As políticas públicas e sua consolidação na Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Alto do Capim	36
3.4. A territorialidade e as operações sociais a partir da certificação quilombola	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFÊRENCIAS	53

INTRODUÇÃO

A história dos quilombos no Brasil é um exemplo importante da luta e resistência contra a escravidão e a opressão, é visto também com representação da riqueza cultural e ancestralidade que contribui para a formação do país. O conceito de quilombo remete à vários pressupostos, que são personificados no cotidiano, conseguindo formar um contexto pessoal de pertencimento, de apoio, de construção de uma sociedade em que se busca extrair o melhor de si, trazendo a tona uma renovação identitária, baseada nos direitos estabelecidos em lei, de uma nova configuração das “terras de preto”, corroborando para uma política afirmativa das relações raciais e suas condições sociais sendo brasileiros. Com a revelação identitária e de laços históricos tem facilitado essa reivindicação das ditas minorias nacionais, causando uma valorização cultural e mostrando os excessos e erros da sociedade e como foi construída em todo contexto nacional.

A diáspora negra foi o ponto culminante na história dos afro descendentes que foram ‘roubados’ do continente africano e trazidos para o Brasil, onde se reporta os sofrimentos que lhes foram impostos durante os mais de trezentos anos em que houve a escravidão e logo nos pós escravidão, com a formação da sociedade negra e consequentemente o surgimento dos quilombos, que hoje em dia são referência dessas histórias, e da luta por reconhecimento e direitos. E nessa percepção, muitos nasceram e morreram em comunidades de produtores livres. “Comunidades quilombolas sobreviveram até a própria abolição, dando origem a comunidades de camponeses negros” (AMARO, 2005. 102).

A presente análise vem caracterizar e descrever as mudanças que aconteceram após a titulação da comunidade do Alto do Capim, no município de Quixabeira na Bahia, como Comunidade de Remanescentes de Quilombo, evidenciando as formulações acontecidas desde sua nomeação. Também enfatizar o contexto dessa mudança no âmbito econômico, social, educacional e cultural dessa comunidade. Com o intuito de descrever tais mudanças, foi feita uma pesquisa, na busca de descrever essas mudanças ocorridas após titulação. O problema consiste em quais as mudanças ocorridas com o título de comunidade de remanescentes de quilombo influenciando a cultura, educação e economia do povoado?

E a partir disso trabalhar em três capítulos as percepções a respeito dessa comunidade. o primeiro capítulo evidencia o quilombo nos dias atuais e como são

percebidos, hoje em dia, na sociedade, já no segundo capítulo adentramos os caminhos da certificação e de como ocorreu o processo, e por último articulamos as principais mudanças ocorridas desde a titulação e a metodologia utilizada foi bibliográfica, entrevista e diálogo bem como os registros do processo de titulação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Alto do Capim.

A incidência do povo negro constitui uma reafirmação da cultura própria e da perspectiva auto identitária. Munanga (2013) diz que:

A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento no século XV do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e enfim à colonização do continente africano e de seus povos.

Nesta Monografia, o processo de identificação é visto como um parâmetro para a construção social, patrimonial e cultural, radicalizando para um novo modo de pensar no contexto de negritude e pertencimento. A noção de ser negro numa sociedade anti cultural e racista, que contribui para uma não afirmação da pertença negra e da etnicidade construída através da aceitação e percepção do espaço na sociedade desigual. Em um contexto social baseado no branqueamento e esquecimento das suas origens, o movimento quilombola vem fazer grandes questionamentos, abrangendo grandes discussões sobre essa apropriação e como essa a elucidação de personificação pessoal. As principais questões são: Como foi a percepção de comunidade quilombola? Em primeiro momento houve o contexto de aceitação pela comunidade? Quais as questões norteadoras para a busca do título de Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Alto do Capim? A comunidade se sente, se vê, se reconhece, como quilombola? Qual a abrangência desse título para a educação, cultura, economia e a política local? Para a cidade, qual a importância dessa certificação?

O quilombo é na verdade um espaço de poder, pelas suas lutas e conquistas no território adentra uma prática social, identitária e cultural onde engloba as características de seu povo originário, os africanos, que contribuíram para um elo de ancestralidade e simbolismos étnicos. O quilombo não se trata apenas de uma comunidade e sim de uma história que está sendo contada diariamente num lugar pertencente.

(...) o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu [e existe] praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. (MOURA, 1993, p. 13)

O estudo sobre as comunidades quilombolas é uma área que cada vez tem crescido, trazendo novas perspectivas sobre a perseverança da luta pelos seus direitos, a geografia e antropologia tem se dedicado a analisar e representar a história, cultura e religiosidade quilombola. Um dos principais quilombos foi o de Palmares em Alagoas, e liderado por Zumbi, e nos últimos anos os pesquisadores têm explorado diversas formas de representar o quilombo retratando figuras importantes que buscam concretizar essas lutas, caracterizando-os como centros de organizações, produções e trocas, desenvolvendo um sistema de auto sustentação e estrutura social e uma política própria. Nessa conjuntura Jurema Brites Alves traz em sua obra 'Dos quilombos aos Territórios Remanescentes: Legislação (con) fusa e terras usurpadas' a transcendência de que se trata a terra quilombola e como conseguem manter sua identidade até os dias atuais.

O quilombo é trabalhado por diversos autores, que por sua vez trazem a cada pesquisa novos parâmetros para deciframos o que é o quilombo e como ele influencia desde a época em que eram proibidos, até o momento em que é elevado a parte de um povo, trazendo em si aspectos que enfatizam a sua importância para história do Brasil e principalmente dos descendentes de africanos.

Alguns autores tratam o quilombo como parte essencial das história negra brasileira e buscam explorar nas entrelinhas suas conexões e principalmente a importância no meio, favorecendo a identidade, a cultura dentre outros aspectos, Kabengele Munanga traz grandes aportes teóricos que consolidam essa estrutura de vivência e exaltam a figura do negro, em suas obras se faz presente a caracterização do ser e o lugar dos afrodescendentes na sociedade e oferece uma profunda crítica e deseja entender esses espaços como centros de resistências, em outro livro que predomina assim como José Maurício Arruti que trabalha resgatando as percepções de um povo, e em seu livro Mocambo: Antropologia e história no processo de formação quilombola (2006) e traz uma análise do processo de formação dos quilombos e como se dá, nos tempos atuais, a concretização dessas comunidades de remanescentes, também se faz presente no aporte teórico na interpretação do livro Quilombos (2009), onde trata da contemporaneidade das comunidades e o que se entende a partir dessa

assimilação, em outro seu livro *Quilombos do Brasil: um atlas geográfico* (2018) onde reúne informações a respeito de mais de 3.600 quilombos mapeados e traz um panorama sobre a distribuição territorial dessas comunidades abordando seus desafios na busca do reconhecimento e inclusão social, outros autores apresentam sua compreensão a respeito da significação das comunidades remanescentes de quilombo, como Abdias do Nascimento que em seu livro *Quilombismo: precursor da libertação no Brasil* (1980) discute o quilombo como espaço de sobrevivência negra e os desafios enfrentados no sistema escravista na busca da liberdade e autonomia e se tornou leitura fundamental para o entendimento e compreensão da luta dos quilombolas.

Nei Lopes no seu livro *Enciclopédia brasileira da diáspora africana* (2014) aborda a influência da cultura africana e a formação do povo brasileiro e reflexões da identidade a partir do reconhecimento do 'ser' negro e fazendo uma análise crítica sobre as consequências do período de escravidão no país assim como a reconstrução e da busca de uma sociedade mais igualitária, Joel Rufino dos Santos em seu livro *Abolição* (1988) apresenta um panorama histórico desde o período colonial até a atualidade enriquecendo o pensamento a respeito da relação dos quilombolas com o Estado e a garantia da demarcação de terras em conjunto com o reconhecimento legal dos direitos do povo quilombola, Conceição Evaristo que elucida sobre o resgate da memória afro brasileira e valorização desse espaço e com sua escrita de linguagem poética consegue dar voz as experiências de marginalização do negro na sociedade e um dos seus principais livros é *Becos da Memória* (2006) e aborda a opressão e legado dos quilombos no Brasil, esses que são autores que a muitos anos trabalham e construíram diversas obras representando a grandiosidade da história afrodescendente e quilombola no Brasil.

1. QUILOMBOS NO SÉCULO XXI: DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

Muitos, ainda hoje, sofrem as consequências de um passado de dominação colonial, o quilombo é considerado um sinônimo de organização e lutas em toda a sua trajetória. O processo de territorialização étnica é o modo que as comunidades de negros, e principalmente de descendentes de escravos buscam de permanecer nessas terras que um dia buscaram a liberdade longe daqueles que os oprimiam, conseguiram se estabelecer ao longo dos anos. O quilombo é uma terra de direito, um conjunto de ações públicas que buscam a concretização de uma cidadania. Sendo um processo complexo e principalmente desafiador. E nessa conjuntura Calheiros e Stadtler (2010, p.134) elucidam que os quilombos “acompanham a história brasileira desde seus primórdios. Interferindo, relacionando-se e digladiando-se com outras esferas de organização social e poder do país”

O desenvolvimento é regulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que implica em conformidade com a regularização fundiária em todo o país. A luta dos quilombolas pelo direito à terra e formação do seu território envolve várias questões, principalmente o atraso e burocracia. Diversos movimentos sociais e organizações da sociedade têm atuado em defesa e promoção dos direitos quilombolas, promovendo conscientização, mobilizações de apoio e completam a ampla discussão sobre as políticas públicas para o fortalecimento da discussão sobre territórios quilombolas e a promoção do desenvolvimento dessas comunidades.

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver. (ANJOS, 2006: p. 53)

No cenário atual o processo ainda é muito recente, o reconhecimento de direitos, porém desde o ano de 1988, vem sendo pautado na legislação nacional, Arruti (2006) coloca essa questão de maneira a abrir-se para novos contextos, principalmente, sobre as relações sociais em meio a esse pressuposto de pertença negra “visando uma explicação das diferenças quanto soluções práticas para as relações que teriam de ser travadas a partir das diferenças”, e continua fazendo uma

análise espacial do quilombo no contexto atual, “tais grupos não têm, na maioria das vezes, relação fática com aquilo que historiografia reconhece com quilombos (grupos de escravos fugidos), mas essa auto- atribuição é atualmente tão efetiva que se tornou impossível não considerá-la um fato relevante além de socialmente produtivo.

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base nos fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum hábitos, rituais ou religiosidade, compartilhamento de vínculos territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. Nenhuma destas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas. E SILVA (2012) expõe que:

Muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade de o negro viver em liberdade, em um espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Um processo de autoconhecimento faz um parâmetro novo da percepção de como a política influencia no conceito de formação e de emancipação dessas comunidades remanescentes de quilombolas, e como a lei formula essa percepção na sociedade e esses processos de inclusão, diz-se que se trata de uma reparação em detrimento também a memória de antigos escravos, eles que não eram possibilitados a terem sua própria terra na busca de proteger a cultura da África no Brasil, para isso estabeleceu-se patrimônio material e imaterial, incluindo seu modo de criar, pensar, agir, revelando à população brasileira. “Para tratar dessas questões precisamos de explicações que possam esclarecer os conceitos centrais envolvidos nessa discussão, bem como de um quadro teórico que possa nos dar uma compreensão mais ampla dos processos que estão envolvidos na construção da identidade”. (WOODWARD, 2000)

A ênfase depositada no “auto atribuição e atribuição pelos outros” (BARTH,1969), foi fundamental no embate político em defesa dos quilombolas, contra a estratégia que se opunha a tais direitos, de condicionar a aplicação da categoria à observação de um rol fixo e restritivo de características, sempre baseadas em estereótipos culturalistas ou historicistas. (ARRUTI,2006). É necessário reconhecer o

que o papel social atribuído desde a emancipação identitária, perpassa as de adesão aos costumes, a moda, etc, e também evidencia o embate genético. As comunidades remanescentes adotam a perspectiva de territorialização, demonstra o 'objeto' político administrativo que confere uma coletividade organizada e fomentada na sua própria identidade, realçando os mecanismos de representação e reestruturação de sua forma cultural na sociedade. MUNANGA & GOMES (2006), definem o quilombo como uma organização social onde "homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema". A produção de novos sujeitos políticos etnicamente diferenciados pelo termo "quilombola" tem início depois da tomada de conhecimento de novos direitos instituídos pelo "artigo 68" que reconhece aos remanescentes fazendo com que a propriedade definitiva das terras que estão ocupando assim como a obrigação do estado em emitir os títulos respectivos.

A formação atual dos quilombos é de grande diferença dos quilombos do passado, pois exprime o conceito de uma luta parcialmente vencida, já os quilombos do passado exprimiam a 'guerra' pela sobrevivência, deixando um grande legado, história e a cada o reconhecimento da sua importância pelo povo negro. A estruturação da história de acordo com os acontecimentos verdadeiros exige uma maior contemplação, pois os relatos encontrados até hoje, diz-se pessoas que eram consideradas rebeldes, sabendo que com a fuga das fazendas escravistas onde eram tratados como animais e sofriam das piores humilhações possíveis, há refazer a ideia negro como escravo para o negro lutador por igualdade, defensor dos seus direitos sociais e que a única diferença entre os humanos é somente a quantidade de melanina na sua pele, WOODWARD (2000) coloca que "a identidade é relacional, isto é, depende de existir de algo fora dela, de uma outra identidade que ela não é. A identidade se distingue pelo que ela não é, sendo marcada pela diferença".

É nítido como uma lei de reconhecimento transformar um contexto social e faz um novo parâmetro de reconhecimento, com a mudança de pensamentos, de ideias que eram estabelecidas pela sociedade racista e anti-cultural, a renovação da identidade territorial, seguida do pessoal, traz para a sociedade uma abertura ao novo, esse que já deveria ter sido apresentado a população a muito tempo. Ressaltando que a comunidade de Alto do Capim, hoje em dia, se encontra no mapa brasileiro de comunidades quilombolas e busca levar esse título para povo (moradores),

influenciando-os na busca de seus direitos como entidade e indivíduo negro. Ao tempo que JESUS, (2016) completa que:

Essa ponte cultural e de transmissão geracional ergue-se nas mais variadas manifestações, espontâneas ou organizadas da prática socioespacial negra, em lugares como os terreiros e as roças. Enquanto os colonos estavam preocupados com a instauração de estruturas funcionais, produtivas e culturais distintivas que, ao mesmo tempo, estabeleceriam seu elo com a metrópole, os negros, desde o primeiro momento, estabeleceram outra ordem que, colocada em outro plano, transformaria o caráter objetivo e material do espaço europeizado.

É possível afirmar com veemência a importância da titulação dessas terras, visto que tem fortalecido a luta contra a discriminação e o preconceito, promovendo a inclusão social e o empoderamento das populações quilombolas. A segurança jurídica proporcionada pela titulação é essencial para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, promovendo a justiça social e a equidade.

1.1 Do contexto colonial a busca da dignidade

Muitos, ainda hoje, sofrem as consequências de um passado de dominação colonial, o quilombo é considerado um sinônimo de organização e lutas em toda a sua trajetória. O processo de territorialização étnica é o modo que as comunidades de negros, e principalmente descendentes de escravos buscam de permanecer nessas terras que um dia buscaram a liberdade longe daqueles que os oprimiam, e conseguiram se estabelecer ao longo dos anos. O quilombo é uma terra de direito, um conjunto de ações públicas que buscam a concretização de uma cidadania. Sendo um processo complexo e principalmente desafiador diversos movimentos sociais e organizações da sociedade têm atuado em defesa e promoção dos direitos quilombolas, promovendo conscientização, mobilizações de apoio e completam a ampla discussão sobre as políticas públicas para o fortalecimento da discussão sobre territórios quilombolas e a promoção do desenvolvimento dessas comunidades.

Os primeiros relatos de quilombo, mais do que somente falar de modo acusação criminal por parte dos negros ex-escravos, se deu a partir do século 20, e mesmo ainda se tinha o juízo de que a comunidade era um tipo de barbárie, e necessariamente deveria ser extinta. A partir de 1850 criou-se a Lei 601, que impedia os quilombolas de terem suas terras, já que essas denominadas privadas, que impedia

o direito de negros e mulatos a possuírem. E mesmo que em meados de 1888 a população negra estivesse conquistada seus direitos, a maioria que foram escravos continuaram a trabalhar para os antigos donos, com salário duvidoso, ainda se manteve em meio a opressão, nessas razões ainda se continuou as fugas para as terras inabitadas, ou de ninguém, e nisso as comunidades tiveram uma ruptura com a sociedade. Desde os anos 1950, com a ascendência do marxismo e movimentos socialistas, os pesquisadores buscaram compreender os quilombos numa visão que se equipara à formação de resistência. Vários historiadores referem-se aos quilombos como guerrilheiros contra o sistema de escravos.

Aos negros restou apenas a longa etapa de marginalização social, com a onda de abolição do trabalho dos ex-escravos, não alterou a condição de pobres e que não tinham como sobreviver e restou-lhes a expropriação da terra. Leite (2008) diz que a territorialidade negra foi desde o início engendrada pelas situações de conflitos, e essa constatação introduz, na atualidade, um debate sobre as questões persistentes e que incita a o exercício de uma retrospectiva e comparação, capaz de revelar nitidamente os aspectos do prisma social em relação com a territorialidade negra na qual os negros se organizaram.

O quilombo é associado à luta contra o racismo, e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira desde o contexto da abolição escravista colonial em 1888. Na década de 1980 se tornou conhecida a expressão de comunidade de remanescentes de quilombo e que foi no processo de formação constituinte e passou a se referir às áreas territoriais onde passaram viver os africanos e seus descendentes e com a gana de garantir políticas públicas de reconhecimentos de direitos, e estas foram consideradas parte do patrimônio cultural e proteção do Estado. e que favoreceu a compensação de direitos como reparação, durante os anos de escravidão e das lutas pelo princípio da liberdade e cidadania. JESUS, 2016 diz que:

A identidade e o espaço estão sempre relacionados quando nos referimos à existência e/ou permanência de um grupo social no território. Seja no âmbito do indivíduo, das classes e, sobretudo, do Estado, neste trabalho, o entendimento do processo de reconhecimento e identificação do sujeito no mundo passa por um conjunto de significados resultantes da experiência social e humana sobre o espaço, cuja apropriação e validade terá permanência a partir da avaliação manifestada pelos grupos ou indivíduos em sociedade.

O contexto social influencia muito na concepção do mundo e como ele é regido, principalmente no que diz respeito à seleção pessoal de cor e raça. Nos passos que vão adentrar a questão dos remanescentes de quilombo, vê-se uma garantia da reprodução da cultura física, de organização social, na formação econômica que engloba a terra reconhecida. A visualização da cultura a partir da representação da origem negra sendo afirmada na sociedade, e as características fisiológicas evidenciam essa nova visão ou como uma abertura da mente.

Como objetivo de meio de sobrevivência a grande importância dessa terra ser demarcada para sua preservação identitária e o pensamento do projeto racial que criou raízes na nossa cultura, e outro parâmetro que a afirmação negra vem trazer é a luta de muitos pela sua cidadania e a formação da ideia de patrimônio, é necessário associar a identidade étnica através da contemporaneidade em que o quilombos estão inseridos e fazendo uma linha temporal de ideias ao reconhecer-se negro, descendente de quilombola. A concretude de um espaço coletivo, com uma maior autonomia de seus vínculos e tradições, que advindas de comunidades rurais desenvolvidas pelo povo que são filhos de netos de escravos fugidos das fazendas em que eram mantidos por seus 'donos', nesse processo temporal há a percepção do auto reconhecimento.

Portanto, abordar as questões relacionadas à colonização pode ser crucial para promover a dignidade do povo preto, permitindo uma reflexão crítica sobre o passado, em uma busca pela dignidade do povo preto que envolve principalmente superar as consequências dessas práticas coloniais injustas.

1.2 De uma ruptura ideológica a valorização das 'terras de preto

O território quilombola é permeado pelo contexto da busca de medidas de valorização do lugar, sendo essa nomenclatura uma forma de legitimação às normas regulamentadoras e burocráticas enviesadas pelo Estado e que se tornou aqui no Brasil um local de resistência, cultura e técnicas adquiridas no passado e que passou de geração em geração, completando contextos históricos e tradicionais elencados ao longo do tempo. Muitos autores têm abordado esse enfoque, trabalhando com o conceito. As comunidades remanescentes de quilombos são caracterizadas como um grupo étnico pertencente aos povos e às comunidades tradicionais (CARTILHA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2013), compreendendo-se o significado

básico do termo "étnico" na sua acepção contemporânea "no sentido que descreve um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos de forma latente, de terem origens e interesses comuns" (CASHMORE, 2000, p. 196). E o quilombo, organização social de tipo específico e de caráter étnico (LEITE, 2000), é compreendido, em seu conceito moderno, como formado por povos remanescentes de quilombo, coaduna aos conceitos de identidade étnica e territorialidade (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Nomeando esses contextos construindo a dimensão de território é possível desenvolver aspectos de reconhecimento e fortalecimento de vínculo com território.

A territorialidade também pode ser compreendida como a representação dos possíveis tipos de usos de um determinado território (FERNANDES, 2008). A regulamentação da titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo consta no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/68): "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". A identidade perpassa da concepção da importância do território como lugar de vivência se apropriando de esfera onde o pertencimento é formulado no dia a dia., e a etnicidade refere-se aos aspectos das relações entre grupos que consideram a si próprios e são também por outros considerados como distintos (O'Dwyer, 2007).

Para Jesus (2016) a questão identitária, na contemporaneidade, expressa o desafio da sociedade, ante a queda dos muros e barreiras sociais resultantes das possíveis interpretações sobre o mundo e que colocam em xeque a duração e a certeza das abordagens científicas e culturais produzidas pela racionalidade moderna. Já GIMÉNEZ (1999, p.29), afirma que essas "culturas atravessam e são sustentadas pelas relações sociais e território significa o objeto de operações simbólicas e os atores projetam a sua própria concepção de mundo". A relação entre identidade e território, se faz presente de modo a vir complementar um ao outro, fomentando a ideia de que o território transforma a identidade da comunidade, com seu modo de viver, e as características que esse lugar de vivência tem e a partir do momento que esse território passa a ser explorado traz uma nova interpretação social pautada no simbolismo e representação da cultura local. Como identificar Haesbaert (2007) o relacionamento entre identidade e território.

A respeito disto Jesus (2016) relata que “o ser negro não é apenas um atributo (fenóptico) que se encerra na hereditariedade de uma identidade”. O seu sentido depende do que vivenciamos e também da nossa experiência social. E nesse pressuposto se encadeia a percepção de que a identidade étnica faz com que o quilombo assuma um papel de mediador onde reforça a luta e a história do povo negro. O território de uma adoção, primeiramente, da concepção do ser quilombola e sobretudo ao apoio à legitimação das terras. É necessário observar também que a formação do quilombo adentra a colocação de ser comunidade rural, já que na maioria dos casos de formação de comunidades quilombolas são de pessoas que trabalham na agricultura familiar, contudo existe hoje em dia, no seio de várias cidades os chamados quilombos urbanos, onde abarca bairros que tem a maioria populacional negra descendente de escravos fugidos que acamparam no local onde está localizado o bairro. E é nessa percepção que os movimentos negros tem buscado indicativos para cada vez mais conquistar seus direitos sociais.

GOMES (2017) afirma que: os saberes construídos pela população negra ao longo da sua trajetória social, cultural, política e nas lutas antirracistas são organizados e sistematizados pelo movimento negro, o qual também atua como um produtor de saberes, ajuda-nos a entender a trajetória histórica e política de várias reivindicações desse movimento social, ao longo do século XX, algumas das quais surgiram como protesto e denúncia e alcançaram o status de políticas públicas no século XXI. O espaço territorial, caracterizada pelo tipo de ocupação, demarcou um tipo de fronteira étnica e esses grupos formados permitiu a continuidade da agregação de estratégias voltadas para expropriação das terras, se depreendendo das resistências que os antepassados enfrentaram, e as linhas demarcatórias tornaram-se também formas de continuação de uma estrutura que busca a conscientização e fortalecimento das bases sociais. No contexto do século XXI as comunidades ressurgem ampliando o fortalecimento das lutas em busca manifestar-se contra o embranquecimento social e exclusão da população negra. Com a articulação dos movimentos, os negros vêm conquistando e batalhando por seus direitos, e segundo a constituição, o quilombismo se trata na busca por fazer um mundo melhor para os descendentes de africanos, e a busca do reconhecimento da democracia e ter seus direitos humanos respeitados.

Leite (2008) aborda que, a ressemantização do termo quilombo pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os processos de liberdade e cidadanias negados aos afrodescendentes,

correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais. A constituição estabelece a garantia do uso da terra, em sua posse comunal e também sem divisão, da obtenção das riquezas do solo que lhes é essencial para sua vivência durante muitos anos. Para o Ministério Público Federal, os direitos das comunidades de remanescentes de quilombolas ao território é um direito fundamental e deve ser fornecido, e que está acima ao de qualquer propriedade privada, e deve ser um direito de preexistencialismo e é acrônico. O quilombo é um lugar comum com sua historiografia brasileira e africana, que desde a colonização foi o local onde os negros se refugiavam. Desde a década de 1980 com a constituição de estado democrático e os avanços das significações da história social e a ascensão da luta para o pertencimento e direito ao território que ancestralmente já pertenciam aos negros.

Em uma reflexão onde por uma perspectiva de contemporaneidade, vários estudos observaram os agrupamentos de negros, e foi imprescindível a constatação das maneiras de vivências, os segmentos sociais que eram construídos nesses territórios livres e se tratava de identidades que compunham as comunidades e desde então se ampliou as informações e debates sobre os quilombolas e o processo diaspórico que foi vivido e edificado ao longo dos anos. As principais análises são baseadas considerando na organização dos sujeitos à sua cultura, seus costumes e experiências diante dos movimentos para emancipação desses territórios. A construção da identidade significa o empoderamento de movimentos simbólicos tradicionais. Percebe-se que a luta dessa parte da sociedade que busca aprovação para uso do espaço físico, cultural e imaterial e que vai além com o direito a cidadania, a história, como oportunidade de justiça e igualdade, tanto no contexto político, quanto econômico e educacional, criando perspectivas para ampliação científica. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida;

O quilombo é a terra dos pretos formulada como aqueles domínios doados, entregues, ocupados ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderam individualmente. (ALMEIDA, 1989).

O território, nesta perspectiva, significa religiosidade, tradição cultural, laços familiares, ou seja, são espaços de interação da identidade de um povo. Arantes considera o espaço de fundamental importância, pois é nele que se configura as

tramas sociais. E é nessa opinião que é retratado como a diversidade histórica se fixa a partir das relações construídas com base no parentesco, na memória, no uso das terras de uso comum. Na atualidade a questão persistente é a dimensão da abrangência do quilombo, em uma reflexão científica, carregando um processo de produção de embates visíveis perante a relação de titulação das áreas ocupadas a muito tempo. É trabalhando incansavelmente pela identificação e preservação do seu lugar que os afrodescendentes se inserem no meio político, na busca de levar suas reivindicações e representar um povo sofrido e que por muito ficou sem alguém que pudesse lutar por eles.

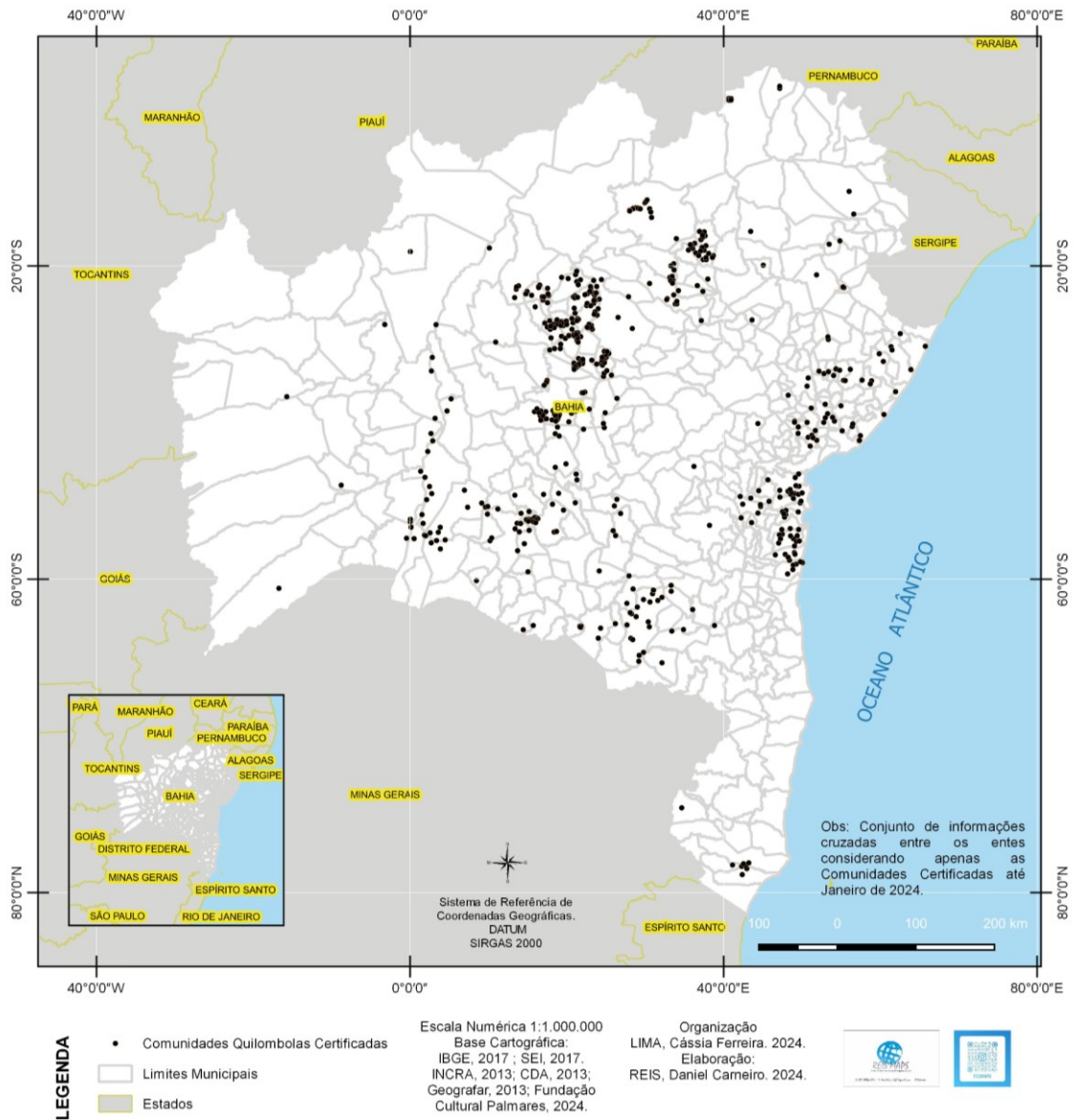
A questão quilombola acarretou na atenção de estudiosos, pesquisadores e órgãos nacionais que argumentam sobre o reconhecimento de que muitas comunidades começaram a trabalhar para contemplar as demandas para o reconhecimento das comunidades negras e que também adentram a categoria rural. O'Dwyer exprime sobre;

Caso das terras de quilombo, é importante igualmente registrar que as situações de discriminação racial e do uso de estereótipos na interação social, têm sido consideradas nas abordagens antropológicas mais recentes, "como um tipo de processo social no qual as diferenças culturais são comunicadas presente na própria produção da etnicidade. (O'DWYER, 2009)

No cenário atual é perceptível como o direito à titulação enfatiza os diversos desafios, principalmente a violação, a falta de acesso e gozo do bem comum, a terra, e enfatiza as desigualdades raciais. O simbolismo do povo negro é a luta que começou com os escravos fugidos dos engenhos, e foi ficando cada vez mais evidente com o passar dos muitos anos, que o povo afrodescendente busca a realização de um sonho, a terra para sobrevivência, e eleva ao patamar das conflagrações na busca de um direito que lhes foi negado ao longo dos anos, pois sabe-se que o reconhecimento das terras sendo negada esse direito está sendo obstruído.

A existência de uma distinção entre quilombolas e remanescentes de quilombo, visto que o primeiro se dá por escravos que fugiam das fazendas onde eram mantidos e o segundo por netos e bisneto dos primeiros, completando um movimento passado de geração em geração, a luta pelo direito de viver nas terras que habitavam, buscando o desenvolvimento e desmembrando sua história a partir do conhecimento sociológico e geográfico e sociais do quilombo. No mapa a seguir pode-se observar a demanda de comunidades certificadas na Bahia.

Figura 1. Comunidades quilombolas certificadas na Bahia



Fonte: Lima, Cássia Ferreira, 2024.

Muitas vezes, a discussão sobre terras está relacionada à reparação histórica pelos impactos da escravidão e da discriminação, e buscando perpetuar esse movimento, mas a ideia geral é garantir que o acesso e a posse de terras estejam alinhados com a busca por dignidade, autonomia e reconhecimento das contribuições históricas e culturais do povo preto.

2. DIAGNÓSTICO DE RECONHECIMENTO E SEU HISTÓRICO: CAMINHOS DA CERTIFICAÇÃO

Os avanços legais e constitucionais têm garantido o direito à titulação de terras quilombolas, esses que cada vez mais tem se organizado para reivindicação de seus direitos e a busca de melhorias na comunidade, e a partir disso tem passado a ter a garantia de seus direitos e a valorização da identidade e história da comunidade. Lopes diz que “os quilombos foram formas de organização social que possibilitaram aos negros escravizados resgatarem sua liberdade, sua cultura e sua identidade. (Lopes,1997). Já BARBOSA (2017) traz em sua pesquisa sobre os primeiros movimentos em busca da titulação, fazendo referência aos primeiros anos e os conhecimentos que tiveram participando;

No início dos anos 2000, buscou-se contatos com outras comunidades quilombolas da Bahia, uma das comunidades que ela menciona é a Comunidade Quilombola de Tijuáçu, no município de Senhor do Bonfim, onde fizeram parcerias com os representantes da mesma. Em seguida passaram a pesquisar e buscar informações que pudessem lhe ajudar. As trocas de conhecimento entre as duas comunidades foram de grande importância, como eles procuram o conhecimento de localidades que já passaram por toda essa demanda, as experiências compartilhadas entre eles ajudam a buscar o que tanto almejavam. (BARBOSA 2017, P.36)

Nesse processo foram feitas muitas viagens e reuniões na busca conhecimento, e fazendo um levantamento de dados dos descendentes da escrava Nazara que residia na fazenda onde fica localizado o povoado, bem como dados das terras que lhe deu origem, e em conjunto com os relatos dos mais idosos que se diziam parentes da escrava, deu-se início ao processo. Esse processo também conta com a colaboração de órgãos do governo e agentes externos que trabalham com a valorização do negro e a busca dos seus direitos o Ministério Público Federal (MPF), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), em conjunto com algumas ONGs, apoiam e lutam a favor do autorreconhecimento das terras quilombolas.

A construção da identificação etnográfica é caracterizada pela ação dos antropólogos evidenciando as reflexões e pesquisas a partir da etnicidade da comunidade e debatendo os aspectos tangíveis que estão diretamente ligados a ancestralidade do povo negro que viveu nas terras e trabalhando nesse contexto se

obtém os primeiros passos na autentificação dos direitos aderidos pela constituição de 1988.

O decreto presidencial 4.887/2003 regulamenta o procedimento para "Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos". E nessa perspectiva a união de pessoas da comunidade, foi buscando conhecimento e transformando a visão social e identitária de seus moradores, e nessa luz SANTOS (1987) afirma que os quilombos foram espaços de liberdade e de construção de uma nova forma de ser e estar no mundo, baseada na igualdade e no respeito mútuo. Já AMORIM (2005) traz informações dessa demanda na Bahia;

Com o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, estabelecendo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como competentes para promover a regularização fundiária das Comunidades houve uma oficina, promovida pelo INCRA, que recebeu o título de "Comunidades Quilombolas da Bahia", cujo objetivo era construir um banco de dados para as Comunidades e desenvolver o Plano Regional de Reforma Agrária. Participaram pesquisadores, militantes do Movimento Negro, membros de Comunidades, Organizações Não Governamentais e técnicos. Esta oficina propiciou uma Lista Preliminar do INCRA que contabiliza-se 387 comunidades distribuídas por 102 municípios baianos. (AMORIM, 2005, p. 800)"

A titulação das terras quilombolas aponta para marco histórico na obtenção de direitos, e reconhecimento do lugar de origem, salientando a percepção da identidade social. A carta Magna de 1988, elenca as possibilidades e assegura o direito de possuir a terra para sua vivência, e conseqüentemente em 2010 se implanta o Estatuto da Igualdade Racial, evidenciando as percepções a respeito da sua importância, levando a sociedade a reintegração dos direitos adquiridos ao longo do tempo de suas lutas e percepção de igualdade.

Ao elencar a história da Comunidade do Alto do Capim, é observada a construção de uma identidade, primeiramente de comunidade rural, caracterizada pela formação local baseada no lugar onde se encontra o povoado também a agricultura como meio de subsistência, e trazendo uma visão do quilombo rural, desmembrada pelo povo negro em busca de sobrevivência. Em sua pesquisa BARBOSA (2017) aborda que:

A história da comunidade quilombola de Alto do Capim tem muita semelhança com as diversas comunidades negras rurais, essas que ficaram esquecidas pela sociedade e no campo historiográfico. Os moradores do povoado são

sujeitos carregados de história, foram privados por serem negros, deixando de ser ouvidos, e não tendo notoriedade. (BARBOSA, 2017, P.34)

A maioria dos quilombos estão situados em áreas rurais, a demarcação das terras de comunidades quilombolas ocorre, na maioria das vezes de maneira lenta e envolve etapas, na comunidade do Alto do Capim a primeira foi a autodeclaração da comunidade e seu reconhecimento, fazendo a comprovação histórica de ocupação e o contexto vinculativo com a ancestralidade africana. A autodeclaração permitiu a elaboração de um relatório técnico a partir de uma visita a comunidade, avaliando a presença de elementos que comprovassem os laços de ancestralidade, também houve um trabalho de um estudo antropológico, corroborando com sua pesquisa e avaliação da comunidade e sua relação histórica, considerando os aspectos sociais, culturais e históricos, e este estudo foi publicado no diário oficial da união, na busca de outras pessoas que fossem interessadas ou afetadas pelo processo. Logo após o prazo de manifestações aconteceu a análise e a delimitação do território pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e ao final foi realizada a regularização fundiária, incluindo o registro de terras e garantia de posses e emissão de títulos de propriedade em nome da comunidade quilombola do Alto do Capim, Certificado em pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Comunidade de Alto do Capim, localizada no município de Quixabeira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n.1.564, fl.180;

Ao pesquisar sobre a comunidade e como foi autoafirmação de comunidade descendente de escravos, observa-se como as pessoas relatam os infortúnios sofridos por serem uma comunidade de absoluta negritude, são evidências de como acontecia o descaso pelos setores públicos e o preconceito, principalmente as palavras de baixo calão e de cunho racista, e a partir desse entendimento ficou cada vez mais ativa a busca pelo reconhecimento dos seus direitos e benefícios advindos dessa conquista. Em sua composição BADIRU e SIMONARD (2018) afirmam que:

Quando uma comunidade é reconhecida como remanescente de quilombos, um certificado é emitido pela Fundação Cultural Palmares, dando início ao processo que resultará na desapropriação pelo Governo Federal da propriedade na qual esse território quilombola encontra-se e cuja propriedade será transferida para uma associação criada e controlada pelos quilombolas. (BADIRU e SIMONARD, 2018, P. 264)

A certificação em primeiro momento trouxe a busca da história da comunidade, trazendo em si os primeiros habitantes que ali ocupavam e que foram formando novas gerações até o dia de hoje. Nicanor Souza Lima um dos entrevistados e que participou ativamente da certificação narra um pouco do que sabe a respeito da fundação do povoado ele diz que:

A primeira casa foi em sessenta e sete esse povoado foi fundado em mil novecentos e sessenta e sete, então o tempo foi passando e a gente descobriu que aqui morou pessoas que eram escravas e aí João Ferreira que tinha um conhecimento nessa questão do gato, que morou aqui começou a contar histórias e a gente chegou à conclusão que realmente a gente era quilombola, em dois mil e onze começamos a luta para fundação da comunidade quilombola, que veio a ser reconhecida em dois mil e doze , e daí pra cá a luta vem continuando.(Nicanor Souza Lima,04/06/2023)

A história de formação do povoado nos remete a importância da coletividade social baseada no bem comum, desde a percepção de conhecimento das histórias dos seus antepassados até a concretização da titulação, corroborando nitidamente para a formação identitária que se tornou o ponto de partida para consolidação da luta pelo reconhecimento.

2.1 Da certificação a identidade coletiva

Dentro desse entendimento de pertencimento identitária, conclui-se que precisou, em primeiro momento, a articulação das ideias construídas a partir das histórias contadas por pessoas mais velhas que foram essenciais para a o começo do povoado, e acarretando assim na aceitação de sua paridade e memória, elevando o pensamento a luta pelo reconhecimento. Ao apresentar as provas essenciais para dar início a certificação, o território foi demarcado E segundo o senhor Nicanor Souza Lima, é de:

Então é do rio, vamos dizer do lugar que se chama Pé do Morro e vai saindo passando pelo Calumbi e subindo e saindo aqui na fazenda de João Ferreira e indo até onde dividimos, na Várzea das Éguas e depois Cova do Anjo. Nicanor Souza Lima, 04/06/2023.

Na contemporaneidade do território, adentramos numa questão em que a comunidade quilombola do Alto do Capim, não se trata somente de um povoado em si, mas sim, de dois povoados, Alto do Capim e Cova do Anjo e outras fazendas, se

articulando e corroborando com a fala de Malcher (2009) que “o movimento de construção da identidade quilombola se apresenta intimamente relacionada ao território.”

E nessa observação concluímos que o território perpassa a delimitação de um só lugar e sim de vários que agregam uma só identidade de pertencimento. Assim tomando por bem ao trazer essa concepção de quilombo contemporâneo, e evidenciando o progresso nas lutas de reparação de direitos perdidos na época em que a escravidão era ‘legal’. E assim Malcher (2006) traz uma reflexão sobre o território quilombola e como se implica essa conjuntura no espaço de vivência da comunidade quilombola, “A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre os sujeitos com sua natureza. Essa relação é registrada pela memória individual e coletiva, fruto e condição de saberes e conhecimentos.” (MALCHER, 2006, p. 67).

E em se tratando do processo de construção de uma identidade, esse se dá através da análise do território, concluindo que não se tem um esse território sem sua essência, ou seja a identidade atribuída e exercida no meio em que caracteriza este território. E a partir dessa identidade construída vem a percepção do ‘que eu sou e represento’, salientando a configuração de uma luta social voltada para ruptura de do pensamento colonial de deturpação e preconceito da pessoa de pele escura, o negro, onde há uma sociedade construída na mais valia da coloração da pele, causando uma grande discussão a respeito do papel do ser negro na sociedade, e assim caracterizada pelo pensamento da identidade social o quilombo traz a certeza de que as lutas são muitas e o reconhecimento das terras de preto é somente o primeiro passo para tentar excluir essa dicotomia social entre as pessoas de cor branca das de cor negra, contudo é bastante fervoroso salientar que o negro não busca somente o reconhecimento de terras que foram e são habitadas por maioria e pessoas pretas e sim incluir essas pessoas como seres protagonistas da sua história, sendo essa a busca pelo respeito, igualdade e dignidade da pessoa negra.

Foi na tentativa de conseguir abrandar as consequências das violações sofrida pelo povo negro desde a época colonial até os dias atuais, foram inseridas na sociedade algumas leis que pudessem articular formas de compensação ou reparação dos erros passados, como a lei de cotas para negros e pessoas quilombolas, assim como para os indígenas e ciganos, e Munanga (2013) reitera que os direitos sociais são os principais elementos para busca de articular ações afirmativas que fortaleçam

as necessidades humanas e a liberdade individual como o direito a propriedade, a liberdade e a justiça.

A certificação das terras de quilombo é uma forma de contar a história desse povo lutador e sofrido, trabalhando com a história e evidenciando um legado de anos, em que os principais afetados pela crueldade e soberba humana, corroborando para elevação das discussões sobre como o racismo afeta a sociedade e como através dos anos ele é a principal ferramenta de intolerância, e crimes de ódio contra pessoas negras e vivendo em uma sociedade que é radicalizada esses crimes também acontecem pela busca do poder, e esse poder é o instrumento principal de uma sociedade de predominação do racismo estrutural.

Os quilombos são uma representação de uma comunidade com pessoas que trabalham com a ideologia e cultura, onde seus interesses primordial é a terra em que ocupam, trazendo assim ferramentas que elevam a cultura passada de geração em geração e sua forma de sobrevivência na sociedade em que está inserida como também suas características próprias, com a certificação das suas terras a comunidade busca fortalecer o vínculo, que na maioria das comunidades são de parentesco, transformando tudo que é obtido pela como comunidade para todos, assim como os benefícios adquiridos após certificação, no ano de 2003 foi entrou em vigor o Decreto nº 4.887, que visa a distribuição de serviços essenciais como saúde, educação e também o saneamento básico. Contudo a prática desses serviços ainda é uma realidade de lutas constantes, inclusive na comunidade de remanescentes do Alto do Capim.

Pode-se salientar a constante busca da preservação e garantias de políticas públicas que tratem da cultura e identidade quilombola, neste gráfico observa-se como os moradores da comunidade buscam conhecer a história e não somente a certificação da terra, já que a comunidade quilombola é munida de diversos contextos, principalmente a cultura e etnicidade vivenciada ao longo dos anos, nessa perspectiva as escolas quilombolas buscam introduzir essa visão da cultura da sua terra e a importância da preservação e trabalhando através da sua riqueza que vem de influências africanas seculares, criando dentro da comunidade, a cada geração, formas de expressar essa cultura. Sendo a religião, a música, a culinária os principais instrumentos dessa cultura.

2.2 O quilombo e o rural, a subsistência de um povo

Outra característica da comunidade quilombola do Alto do Capim, é a base da economia local, que é regida a partir do cooperativismo, através das associações comunitárias, e agricultura familiar que é feita nas terras que agora são certificadas, e que fazem parte das proximidades do Rio Jacuípe, trazendo mais uma caracterização, pois muitas comunidades quilombolas foram povoadas perto de rios para facilitar a agricultura, já que ao longo de muitos anos não lhes era permitido as terras, e que muitas vezes eram longe das fazendas onde eram fugitivos.

Desde anos atrás a comunidade que também era conhecida como “gato”, tem a sua história pautada na agricultura familiar, em seus hectares de terra para o cultivo, principalmente do feijão do ano, feijão de corda em determinada época do ano, do milho e principalmente da mandioca que, ainda hoje, a farinha produzida a partir dela é um dos principais meios de subsistência, tanto como alimento do dia a dia, quanto como ajuda econômica quando vendida. Outra forma de subsistência que perdura é a cultura do licuri, num ritual cultural que foi passado ao longo dos anos, a quebra do licuri em conjunto com o samba de roda faz parte da memória cultural e afetiva da comunidade, a labuta da roça é legado herdado pelas famílias, que com pouco que ganhavam no dia de “macaco”, plantando, colhendo ou ‘destocando’ na roça conseguia sustentar a sua família.

Ao pesquisar e trazer essas narrativas é observado como funciona a percepção de identidade cultural a partir da certificação de comunidade quilombola, principalmente em questões educacionais, tratando-se de como a população dessa comunidade se subentendem como quilombolas, principalmente em relação aos direitos adquiridos com a certificação, essa que perpassa na formação do aluno como bom entendedor do movimento em que ele está incluído, e considerando os aspectos que direcionam a conquista de cada vez mais direitos, e tratam de perpetuar a história da comunidade para as futuras gerações, e em se tratando da percepção histórica da comunidade é correto salientar que mesmo depois de alguns anos após a certificação das terras ainda tem moradores da comunidade que não conhecem as primícias que elevam a narrativa que o originou a comunidade. O`DWYER (2011) refere-se ao contexto do quilombo como comunidade rural, dizendo que “no caso das chamadas comunidades negras rurais no Brasil, tais diferenças culturais costumam ser

comunicadas ainda por meio de estereótipos, que por sua vez podem ser relacionados com racismo e discriminação”. Observamos a fala de Moura (2006) a respeito:

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica (MOURA, 2006, p. 330).

O quilombo é estabelecido além da terra e sim a partir do que o território exercesse para a comunidade, trabalhando a história foi firmada a partir da chegada da primeira família a fazenda que deu origem ao povoado. A titulação de um quilombo não se dá para mim e sim para o coletivo, todos os que residem na terra quilombola são parte da memória, o quilombo rural ressurgiu como identidade reconstruída (Cunha, 1987), e nessa conjuntura CARRIL (2006) evidencia que no rural,

A base territorial é fundamental para a coesão interna e é em torno da territorialidade fixada num ecossistema e até preservando o mesmo que os quilombos lutam para o seu reconhecimento, o quilombo rural traduz a sua luta pela terra e através da especificidade étnica, tanto vinculada ao direito territorial como calcada sobre a ancestralidade buscada na origem da conquista da terra. (CARRIL, 2006, p 169)

O território desempenha diversas funções cruciais para uma comunidade. Para muitos, é mais do que um espaço físico; é um elemento essencial para sua identidade, cultura e subsistência, e entender essas funções é crucial para apreciar a importância do território na vida das comunidades e para desenvolver políticas que respeitem e fortaleçam esses vínculos.

3. PERSPECTIVAS FUTURAS DE RECONHECIMENTO

As comunidades de remanescentes de quilombo são caracterizadas pela luta em prol da terra, seu lugar de vivência e é partindo dessa perspectiva que tem se alcançado seus direitos e inclusão social. Essas entidades étnicas são formadas num contexto de associativismo, desencadeando um processo de divisão por igual, trabalhando a participação social de cada membro da comunidade de pertencimento. Para Poutgnat e Steiff-fenart (1998) a identidade étnica é diferenciada de uma identidade coletiva e é orientada pelo passado, essa identidade étnica é o que leva as

comunidades de remanescentes de quilombo, buscando a ruptura de uma visão deturpada da sociedade, a da negação do negro como protagonista da sua história. Nos dias atuais a luta das comunidades vem sendo cadenciada pelas conquistas obtidas no âmbito nacional, estadual e municipal e essas vitórias têm sido os principais exemplos de que a caminhada de muito esforço vem sendo recompensada e se tornando exemplos para outras comunidades que são caracterizadas como quilombolas a também lutar pelos seus direitos.

A comunidade de remanescentes de quilombo do Alto do Capim tem evoluído a cada dia, buscando nas esferas de governo a concessão de seus direitos, principalmente os benefícios assistenciais, que ajudam na melhoria da vida da comunidade. Nessa perspectiva a certificação e regularização das terras quilombola promove e valoriza a cultura negra e busca manifestar a luta em prol da igualdade social, e como Leite (2019) articula a transformação social e direitos fundamentais dentro da organização social em que se encontra. Observando esses movimentos de luta em prol de seus direitos, é preciso analisar quais são as políticas que abrangem esses direitos, e como a comunidade tem apreciado e recebido.

Segundo a Constituição de 1988, tem como disposição:

II - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...] o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais [...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, [...]. (BRASIL, 1988, Art. 3º; 215º)

Analisando as concepções dos direitos das comunidades quilombolas, é correto afirmar que se precisa ficar atento, visando políticas adequadas e que interprete e explorem as características histórico culturais e garantindo a cidadania que a muito foi negada. A primeira forma de associação aos direitos garantidos é tida através da visibilidade que as comunidades, a partir da construção da identidade social e afetiva das chamadas comunidades tradicionais, que trazem consigo a busca de uma sociedade igualitária, um marco desse esforço é a criação do Programa Brasil Quilombola, e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que são regidos pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial, favorecendo ações na educação, saúde,

segurança alimentar e cultura, e conseqüentemente fornecer critérios necessários para vida em comunidade a partir da condição de quilombola.

3.1 A educação como perspectiva de mudança

Dentre outras ações do governo em prol da luta pelos direitos quilombolas pode-se citar a importância da escola como meio de troca, enriquecendo a valorização da cultura e da história, a partir da Lei 10.639 que exige a obrigatoriedade do ensino das culturas e história afro brasileira e indígena nas escolas da educação básica e posteriormente no ensino superior em entidades públicas.

As políticas públicas devem garantir que a educação quilombola seja um direito fundamental das crianças e jovens quilombolas, assegurando o acesso igualitário a todos. E buscar combater a evasão escolar promovendo a permanência e medidas que atendam as demandas articuladas, sensíveis a cultura envolvendo ativamente a própria comunidade, trabalhando o empoderamento desta e seu desenvolvimento.

A Constituição Federal de 1988, estabelece a educação como um direito, as comunidades certificadas como quilombola trabalham com a educação a partir do viés da emancipação, contextualizando a intercultura como valorização e fortalecimento da sua identidade em meio ao aporte quilombola. Ao analisar essa perspectiva busca-se trazer a questão das políticas públicas em favor da educação, abrangendo as comunidades tradicionais, principalmente a quilombola, e criando oportunidades de diálogos, bem como também a promoção da aprendizagem através das experiências de vivências em comunidade e trabalhando também a ruptura de uma educação desigual e discriminatória, a Fundação Cultural Palmares (FCP) esclarece que “a educação nas comunidades quilombolas é um caminho para a emancipação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.”

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) elenca como é fundamental que esse ensino é necessário “ A educação quilombola tem o papel de valorizar a diversidade cultural, promover a inclusão e combater todas as formas de discriminação”, e partindo dessa conjuntura o Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia reitera que “a educação nas comunidades quilombolas tem o potencial de ressignificar histórias de exclusão, afirmar identidades e promover o protagonismo dos estudantes”, e essa educação emancipatória trabalha

no panorama da autonomia e protagonismo, tratando afirmativamente a definição de métodos de ensino adequados para a formação social identitária quilombola.

Muitos são os desafios para a educação em comunidades tradicionais, a falta de acesso a escolas adequadas para os alunos, um nível de formação especial para professores e sua valorização, e nessa luta pelo direito à educação, em especial objetivando conteúdos que proporcione um entendimento a respeito da história e cultura afro brasileira, fazendo perpetuar em conjunto com as comunidades remanescentes de quilombo, acentuando a transmissão dos quilombos que em sua longa história contemporânea vem difundir os saberes essenciais, e que são pertinentes a identidade multiétnica e uma cultura plural.

A cultura, portanto, pode ser um caminho para uma comunidade resolver questões sociais, históricas, culturais e de identidade. A cultura, torna-se, um essencial componente para o desenvolvimento. Dessa forma, é possível compreender que “Investir na cultura impulsiona a qualidade de vida e a conquista de direitos, um novo povo com cultura cuida melhor de sua saúde, compreende a importância da educação, conquista de investimentos para a sua comunidade, é mais cidadão. (TURINO, 2009 p. 187).

Ao apontar a educação como meio de ruptura da discriminação social, levando a sociedade a repensar os conceitos antiquados passados de geração em geração, se estabelece um patamar de consciência social. Contudo é necessário demandas que concretizem e fortaleçam a luta por uma educação sem privilégios e mais igualitária.

3.2 A educação em vista das políticas públicas na Comunidade do Alto do Capim

Na comunidade do Alto do Capim, observa-se como a escola desencadeia esse trabalho, apurando como é importante essa visibilidade através do ensino. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lucio de Santana, é a principal escola da comunidade tem um quadro de professores e funcionários que lutam para criar um plano estratégico de ensino, trabalhando a partir da concepção que traz a Lei 10.639/2003, essa que articula como obrigatório o ensino da História e Cultura Afro Brasileira, a LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 ao que se refere;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

É essencial apontar como as políticas públicas estão sendo exercidas, e explorando esse contexto que foi observado que ainda é muito pouco relevante, se considerando os poucos recursos destinados, um bom exemplo é a renda da merenda escolar, essa que somente acrescenta cinco centavos, por cada aluno quilombola, o que não corresponde a necessidade da escola, outro obstáculo que tem comprometido as escolas de quilombo são as ferramentas de ensino e concepções pedagógicas, que corrobora para a construção do currículo.

O conhecimento da comunidade deve ser um dos pontos essenciais, para que aconteça a dinâmica do ensino na percepção de escola quilombola, tratando da sua representatividade, do seu sujeito de direito apoiado nas diversas identidades que cada quilombo possui, debatendo o conceito pedagógico assumido diante propósito que o currículo apresenta, que segundo a Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012 do Ministério da Educação do Brasil (MEC), que corrobora estipulando que:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução. § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; da territorialidade" (Ministério da Educação do Brasil, 2012, p.03)

A educação quilombola é baseada na realidade do sujeito, das relações sociais, o aluno tende a se afeiçoar a sua cultura, construindo sua própria ideia ao que lhes é apresentado no dia a dia, e enriquecido dentro do conteúdo escolar. E assim a memória coletiva e a língua de comunicação social dentro da comunidade, eleva a descolonização de pontos de vistas engessados a respeito do quilombo, e a escola na apropriação do projeto político pedagógico deve transcender a prática docente, trazendo uma nova apreciação do que é ser negro e como organizar essas evidências

dentro da grade curricular da escola. Arruti (2006) traz uma visão acerca das políticas que devem ser implementadas na educação nas comunidades quilombolas;

A princípio, a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) tem organizado as ações dirigidas às comunidades quilombolas contemplando as seguintes vertentes: (a) apoio à formação de professores de educação básica; (b) apoio à distribuição de material didático para o ensino fundamental; (c) apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades; e, finalmente, (d) a capacitação de agentes representativos das comunidades. Este último item tem seu peso ampliado se levarmos em conta que uma parte considerável das ações ditas de fomento ao desenvolvimento local e sustentável estão relacionadas à “formação” e “capacitação” destas populações em temas que vão dos direitos humanos ao artesanato, passando pela ecologia e a comercialização.” (Arruti, 2010, p 9).

Ao concretizar essas demandas, será possível observar as mudanças ocorridas no contexto escolar, e principalmente a visão social empregada nesse contexto. Quando se fala de educação para quilombolas, trata-se de uma atenção diferenciada para as escolas situadas em territórios quilombolas, mas não de ações para uma escola quilombola diferenciada; (Arruti, 2006).

Segundo Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, PTDSS (2016): a educação nas comunidades quilombolas tende a “ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios”.

3.3 As políticas públicas e sua consolidação na Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Alto do Capim

Com a certificação, a luta se priorizou em colocar em prática as políticas públicas que o Governo Federal oferece e implementam nas comunidades tradicionais.

Depois da certificação, as comunidades tradicionais entram para uma faixa prioritária, onde recebe um atendimento diferenciado do Governo Federal, entre essas normas estão a obrigatoriedade de atendimento médico, dentista e de enfermagem, por meio dos PSFS, Programa de Saúde da Família, de forma regular dentro do território. Uma das principais dificuldades é garantir que esses direitos sejam efetivados dentro do território quilombola, além da busca constante por respeito às tradições, o direito à terra e busca pela soberania em diversos aspectos e os direitos

esses são o que a classe dominadora não respeita e não aceita. e as estratégias de luta e busca de direitos se encontram em grande evolução, contudo o apoio e a busca por melhorias às vezes se concentram em uma minoria, se considerarmos que a comunidade tem uma ampla aceitação como remanescentes de quilombo.

O reconhecimento legal é fundamental para o acesso à terra, bem como o apoio do governo para o desenvolvimento legal, econômico e sustentável, promovendo a geração de renda e a preservação ambiental que são, em conjunto com a educação e a cultura, imprescindíveis para a vivência em comunidade, e o combate à desigualdade. A consolidação dessas políticas públicas nas comunidades quilombolas requer um processo contínuo e esforços da comunidade. Rodrigues (2010) corrobora dizendo que “A ênfase sobre “cultura negra” revela outro caminho possível de direcionamento que não é excludente aos anseios de participação, reconhecimento e visibilidade da população negra”.

Na certificação se obtém o status de comunidade, e somente após o recebimento do título o território é considerado oficialmente quilombola, sabendo-se que não é somente ser reconhecida como uma comunidade de pertencimento quilombola e sim garantir a sua existência, perante as leis regentes. A comunidade do Alto do Capim, está em processo de acesso a titulação, fazendo a distribuição da documentação para as famílias local, Arruti (2006) faz menção ao contexto diferenciado para a certificação e titulação dessas comunidades;

A política de regularização fundiária dos territórios quilombolas têm normatização própria e se diferencia substantivamente dos mecanismos e conceitos da política de reforma agrária, as demais políticas públicas dirigidas às comunidades quilombolas, por outro lado, como as de saúde e educação, resultam basicamente da previsão de uma participação especial (em geral apenas de caráter orçamentário) dos quilombolas nas políticas de vocação redistributiva”. (Arruti, 2010, p.7).

A principal criação do Governo Federal para tratar das políticas públicas para as comunidades quilombolas se deu através do Programa Brasil Quilombola, (PBQ), que veio trazer a consolidação em meio ao cumprimento da dívida social com os negros, e a partir deste programa houve a criação do decreto 6261/2007, que traz consigo a chamada Agenda Social Quilombola, e assim agrupando ações para esse público específico, e esses são:

Eixo 1: ACESSO A TERRA – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: DIREITOS E CIDADANIA - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2012, p.10).

E observando essas demandas é concreto a importância desse programa, de um modo que transforma as discussões e as lutas em algo concreto, e essas ações tomando forma, e a reafirmação do Estado como garantidor desses direitos.

O Programa Nacional de Assistência Social é um fator de grande relevância, e considera as reivindicações dos quilombolas e que em sua regularização traz para a comunidade do Alto do Capim as demandas estabelecidas em busca da melhoria de vida da população. Contudo o trabalho desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, (MDS), em conjunto com o Sistema Único de Assistência Social, (SUAS), é visível, porém muitas comunidades ainda precisam ser inseridas, já outras, que mesmo certificadas, necessitam urgente dessas demandas.

Marques e Gomes (2013) recordam que:

A questão do direito de grupos quilombolas à sua territorialidade permaneceu não tematizado no espaço público geral desde a abolição da escravidão (1888) até a Constituição Federal de 1988. Isso levou a um déficit no reconhecimento dos direitos e a uma demanda acumulada para a efetivação dos direitos à territorialidade dos quilombolas[...]. As dificuldades em torno do reconhecimento dos direitos à territorialidade desses grupos no Brasil estão intimamente ligadas a uma concepção de cidadania apenas como uma instituição política formal, que predominou desde a proclamação da República (1889). Marques e Gomes (2013, p.138)

E se tratando desta consolidação a comunidade de remanescentes de quilombo do Alto do Capim, tem buscado os direitos, trazendo novas formas de efetivar essas políticas, através da cultura e da educação, e também com o desenvolvimento a partir de projetos sociais. A partir dessa demanda em trazer políticas que transformem, a comunidade tem vivido de forma que a cada transformação identitária, eleva a consciência de seus direitos, com projetos diversificados que conduzam muitos jovens e mulheres, principalmente, como a música, projetos de dança, o samba de roda, além de projetos de economia solidária.

As políticas públicas trata do discurso contra a xenofobia, o racismo, e a misoginia, considerando esses eventos que são proliferados por mentes deturpadas e intolerantes, e fazendo-se presente em um trabalho de eliminação dessas violências, o governo tende a utilizar formas de acesso a essas políticas, tanto pela criação e execução, como também o alcance de tornar-se viável o trabalho de eliminação dos ataques às minorias, como as comunidades quilombolas e demais povos tradicionais, e corroborando com a obtenção de meios de combate a esses crimes.

Essas políticas públicas para as minorias se interligam com as políticas de igualdade social, trabalhando dentro de um elo, desencadeando novas formas de mudar a visão social desses povos, e mesmo com as leis que regulamentam as comunidades segundo o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) são:

Povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiro; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos; e juventude de povos e comunidades tradicionais, (Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016).

Têm sido atacadas e muitas vezes silenciados em suas lutas, principalmente contra o agronegócio e a mineração e garimpo ilegal, que são os principais fatores para expropriação das terras garantidas por lei. Gomes (2020) reitera que:

Esses grupos étnicos estão posicionados socialmente como representativos da zona do não ser, são racialmente subalternizados. No que se refere à atual situação da demarcação de seus territórios, essa é perpassada por conflitos,

ataques frequentes por parte dos donos dos grandes empreendimentos, criminalização das lideranças, comprometimento na base organizativa. (Gomes 2020)

Ao analisar esse contexto fazendo uma breve escuta da comunidade é possível observar como os moradores veem a certificação e a influência que essa abertura traz, Associação Quilombola de Produtores Alto do Capim e Adjacências (AQPAC), vem enfatizar esta luta, através da união entre os moradores na busca de novas políticas públicas que elevem as questões de vivência na comunidade, segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário PTDSS,2016, a dimensão socioeconômica do território quilombola se concretiza a partir de dois processos.

Organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva. (Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário PTDSS (2016, p.13)

As políticas que são efetuadas na comunidade, segundo Rosangela de Jesus Sousa são caracterizadas de maneira que “a comunidade sendo quilombola possui direitos, e buscam valorizar a identidade do povo local e passa de geração em geração”. Já Lucilia Moura, presidente da AQPAC, relata que” a comunidade vem ganhando valorização, a partir da cultura, educação, e economia resultando na melhoria de vida da população”.

E entrando em outra perspectiva, na comunidade se predomina o avanço na busca de políticas públicas, efetivadas a partir da consciência social e concentrando nas ações das associações comunitárias que trabalham em busca desses direitos, como é o caso da Associação dos Agricultores de Alto do Capim (ASAAC), que são mais de 18 anos em busca de projetos que ajudem a população de agricultores familiares da comunidade, também em volta dessa conjuntura temos a Associação de Moradores do Povoado de Alto do Capim (AMPAC), criada a 23 anos, buscando os direitos para a comunidade dentro do território quixabeirense, e a principal e mais antiga que tem como referência a mais de 36 anos de existência, a luta pela certificação e titulação de comunidade remanescente de quilombo a Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências (AQPAC).

A partir disso, uma comunidade começa a olhar para si com mais amor e respeito; a valorizar o que possui, suas qualidades; a encarar os defeitos e problemas com consciência e postura de mudança e articulação para mudar. Inicia-se um processo de conscientização do que sou e aonde vou, quais são os objetivos e sonhos, e, a partir da realidade, pode-se modificar. A valorização do passado, das tradições culturais, dos conselhos dos ancestrais que permanecem vivos na lembrança dos mais velhos ajuda a caminhar para onde se deseja e, unido incentivo governamental, a cultura local e agentes que possuem vontade de mudança, pode-se criar uma nova comunidade quilombola que valoriza, acima de tudo, a si própria e sua gana e vontade de vencer as adversidades para se tornar importante não só para os que a veem de fora, mas para si mesma. (BATISTA, 2011 p. 22)

É visto o quanto as políticas públicas aprovadas pelo Governo Federal têm buscado introduzir, mesmo que aos poucos, estratégias que visam a visibilidade das comunidades quilombolas. Contudo ainda precisa-se fortalecer a preservação das memórias ancestrais e trazendo essas concretudes para o dia a dia da comunidade, e situando-se com a importância dessas historicidades para alavancar o processo de (re) conhecimento da identidade e luta através da sua autonomia.

No momento atual, para compreender o significado de quilombo e o sentido dessa mobilização que está ocorrendo, é preciso entender como é que historicamente esses agentes sociais se colocaram perante os seus antagonistas, bem como entender suas lógicas, suas estratégias de sobrevivência e como eles estão se colocando hoje ou como estão se autodefinindo e desenvolvendo suas práticas de interlocução. A incorporação da identidade coletiva para as mobilizações e lutas, por uma diversidade de agentes sociais, pode ser mais ampla do que a abrangência de um critério morfológico e racial. (ALMEIDA, 2002: p. 69)

Stuart Hall traz uma percepção de que a concepção da identidade cria um forte interesse de preservação de algo que está interligado a sua origem, revelando a posição sociológica do pertencimento quilombola, de interação com o meio e entre os sujeitos, e dando valor àquilo que lhes pertence e se faz presente ao longo das gerações.

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os 18 mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (...) A identidade então costura, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. (HALL, 2006:

A comunidade do Alto do Capim é um exemplo de reidentificação da identidade social a partir da certificação como remanescente quilombola, e trabalhando esse contexto é fácil constatar as mudanças de comportamento dentro da sociedade negra, que é a abertura para reconhecer-se como herdeiros negros, e sucessores da ancestralidade territorial e cultural negra.

3.4 A territorialidade e a operações sociais a partir da certificação quilombola

A territorialidade, no contexto das políticas públicas, refere-se à importância de considerar as características e necessidades específicas de determinadas áreas geográficas ao desenvolver e implementar políticas. Ela reconhece que diferentes regiões possuem realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais distintas, e que as políticas públicas devem levar em conta essas diferenças para serem eficazes e justas.

Ao considerar o contexto social das políticas públicas, é fundamental analisar como fatores como pobreza, desigualdade, acesso a serviços básicos (como saúde e educação), infraestrutura, cultura e identidade local influenciam a vida das pessoas em determinadas regiões. A maioria das comunidades de remanescentes são oriundas da pobreza, e é a partir dessas evidências que se observa a necessidade de uma política responsável e defensora dos direitos necessários à sobrevivência. É notório afirmar como essas políticas têm sido implementadas na Comunidade de Remanescentes do Alto do Capim, como premissa se apresenta em primeiro lugar, a certificação da comunidade, demandando a formação de um grupo de liderança que trabalhe em prol de mais benefícios para a comunidade. Na tabela a seguir serão apresentados os principais feitos pós certificação.

Quadro 2. Principais ações ocorridas pós certificação:

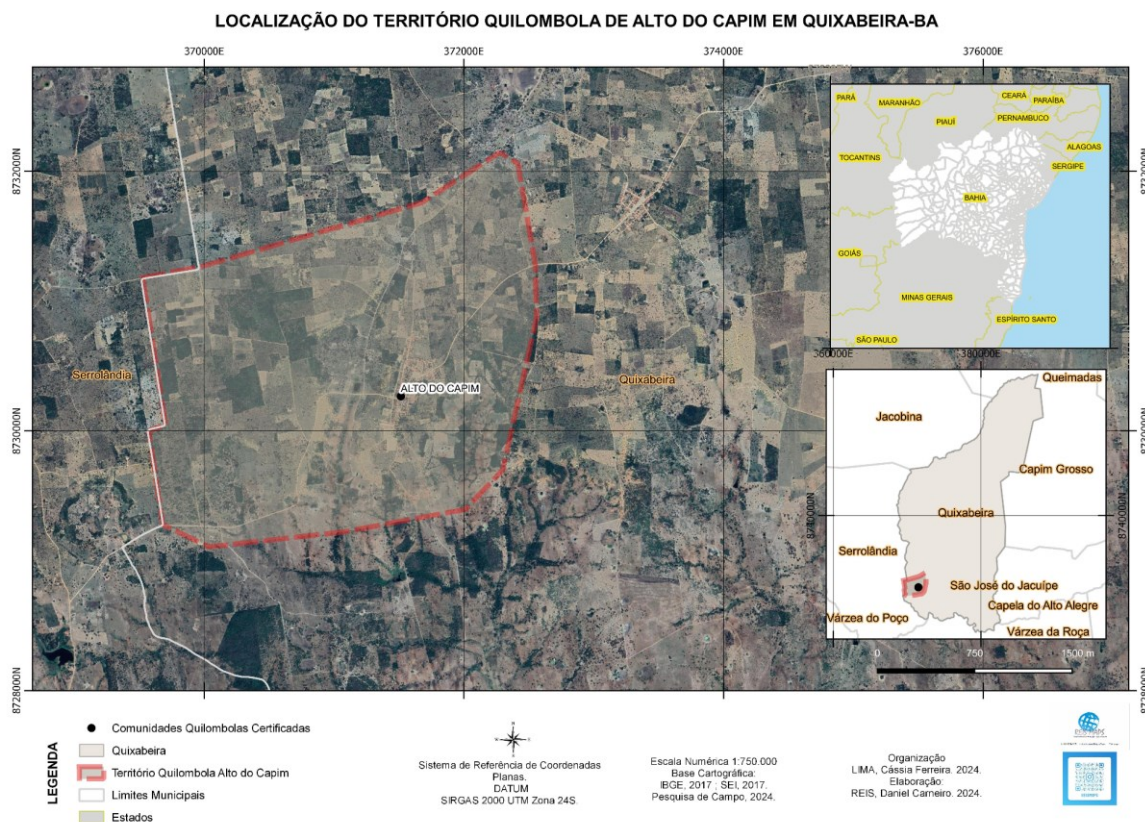
Ano:	Conquistas para a comunidade pós certificação
2011	Demarcação da terra Certificação - Fundação Cultural Palmares (01/12/2011)
2012	Trabalho de autoconscientização a partir da identidade para o

	auto reconhecimento como quilombola
2013	Energia gratuita ou reduzida para os/as beneficiários do Programa Bolsa Família
2014	Introdução de política pública de provimento de merenda escolar, aumentando em RS 00,5 centavos por aluno
2015	Bolsa Quilombola
2018	Edital Bahia Produtiva, com a contemplação da construção de aviários
2018	Fundação da Orquestra Harmonia do Quilombo
2020	Fundação do Grupo de Capoeira
2023	Distribuição do SEFIR Quilombola
2023/2024	Construção da fábrica de derivados do licuri
2024	Construção da sede da Associação AQPAC

A demarcação do território é o ponto culminante para a identificação das comunidades, e na comunidade do Alto do Capim foi intensificada pela representação social aplicada a identidade, reiterando assim a construção territorial a partir da idealização de pertencimento quilombola, que foi um dos principais desafios enfrentados, e que nos dias atuais ainda precisa ser reafirmado, a territorialidade vem sendo um dos principais aspectos para o desenvolvimento da 'terra quilombola', tendo visto que necessário prospecção a terra, ao contexto de ações desenvolvidas para a preservação e manutenção do que segundo a constituição federal, é de todos com igual direito. E conjecturando essa proposição do território, observa-se como a formação dos quilombos se diversificou ao longo dos tempos, conectando dentro das suas características de consequentemente seria rural, para o contexto urbano, denotando-se assim que o território, independente de local, sempre será o maior objeto de luta tanto rural quanto urbana.

O mapa a seguir traz a formação territorial da Comunidade de Remanescentes do Alto do Capim.

Figura 3. Localização do território quilombola de Alto do Capim em Quixabeira BA



Fonte: Lima, Cassia Ferreira. 2024

Nessa imagem é possível a localização do território quilombola, que consta também no mapa das comunidades certificadas na Bahia. Nas discussões sobre a formação territorial ecoa uma dinâmica multifacetada na importância desse território para o povo, o que corrobora a conexão entre a vivência social e a territorialização demandada pelas políticas de reconhecimento de terras quilombolas.

Nascimento (1985, p. 41), ao definir quilombo, contempla que:

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, podemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

E nessa vertente do reconhecimento do quilombo urbano, observa-se como a sua formação contextualiza a formação das cidades a partir da territorialização desse quilombo, que provavelmente foi o primeiro ponto para o nascimento da comunidade e ao longo dos anos se tornou cidade. Já a percepção ruralista do quilombo, é notória a forma como ele formou seu território, tendo em vista desde o começo da sua história atrelada a fuga de escravos e que se estabeleciam em terrenos, começando assim as primeiras relações sociais como comunidade, e conseqüentemente a roça como atribuição territorial e meio de sobrevivência.

Arruti (2008) evidencia que os contextos de se dá a partir da observação da vivência embasada pelo território local e diz que:

Eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras, "caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.

A historicidade em volta da territorialização das comunidades quilombolas vem trazer uma articulação dentro da primícia de campesinato negro voltado para a inserção na busca de direitos de projeção nacional, cadenciado pelo Movimento Negro, organizados por diversas comunidades de remanescentes com ênfase na militância agrária, que caracteriza o quilombo como patrimônio cultural e herança territorial, tornando-se suporte de uma identidade socio cultural coletiva e ao mesmo tempo se torna uma identidade individual, visto que é necessário se auto reconhecer e atribuir como quilombola.

Nesta perspectiva é correto afirmar que o quilombo deve ser reconhecido, não somente pela sua procedência cultural e histórica, mas também elevando o direito à terra, que é de todos, e a conscientização étnica e sistematização histórico cultural evidenciada dentro do território. o quilombo Alto do Capim transcende a contemporaneidade, atribuindo o título de remanescente, e na sua luta atual vem trazendo a apropriação de seus direitos conquistados para todos, e com a demarcação do território e titulação o ponto de partida para territorialidade etnográfica vivida na comunidade.

Desde o ano de certificação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo, em 2011, algumas políticas públicas têm sido implementadas, visando a melhoria da

comunidade, e essas estratégias de conservação da cultura local passado de geração em geração tem culminado no desenvolvimento da comunidade.

Certificar comunidades quilombolas é um marco crucial para o reconhecimento e preservação de sua cultura e história. A certidão oferece proteção às áreas quilombolas, evitando riscos como invasões, uso inadequado do território, desmatamento e despejo para empreendimentos. Além disso, após a certificação, o território não pode ser comercializado sem uma decisão judicial. A certificação é um passo fundamental, mas a luta por igualdade e justiça continua. As comunidades quilombolas desempenham um papel vital na riqueza cultural brasileira, marcada por uma história de resistência e busca por reconhecimento.

Alguns projetos sociais têm se destacado na comunidade e conseqüentemente no município, um exemplo é a Orquestra Harmonia do Quilombo foi fundada em 2018, fruto de uma colaboração entre a Associação Beneficente de Alto do Capim e a Associação de Capim Grosso, sob a liderança do Padre Xavier. Durante esse período, o jovem Erisvaldo de Jesus Santana, ocupava o cargo de presidente da Associação Beneficente de Alto do Capim (ABAC) e foi um dos precursores para a formação da, hoje em dia a orquestra tem um professor fornecido pela prefeitura municipal, também podemos destacar nesse ínterim a criação do grupo de capoeira com adolescentes e crianças. Um dos projetos que foi agregado na Comunidade foi Projeto Quilombo Legal que que é designado para as Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) do estado, certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Figura 4: Grupo de Capoeira Ave Branca



Fonte: SANTANA, Erisvaldo de Jesus, 2024.

A cultura ancestral do povo negro vem sendo propagada de geração em geração, na imagem o grupo de capoeira Ave Branca reforça essa cultura ensinando a arte, não como uma luta, mas como símbolo de resistência e combate as diversas repressões sofridas e assim unindo o esporte a arte, a musicalidade e a dança, e principalmente transformando a vida de muitos jovens e crianças.

Figura 5: Projeto Bahia Produtiva.



Fonte: Santana, Erisvaldo de Jesus, 2024

O Projeto Bahia Produtiva viabilizou a construção de 20 galinheiros destinados a famílias da comunidade, contribuindo para a economia e infraestrutura, corroborando para o desenvolvimento local. Esse Projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável e reduzir a pobreza no estado através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), é financiado pelo Banco Mundial e visa melhorar as condições de vida de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, e outros grupos vulneráveis nas zonas rurais da Bahia. E busca fornecer suporte técnico e financeiro para pequenos agricultores, ajudando-os a aumentar a produção e a qualidade dos seus produtos, incentivar a organização dos produtores em associações e cooperativas, facilitando o acesso a mercados e agregando valor aos produtos locais, inclusão de grupos marginalizados e vulneráveis, como mulheres, jovens e comunidades tradicionais, no processo de

desenvolvimento econômico, e fomentar práticas agrícolas sustentáveis e a preservação dos recursos naturais, visando a longo prazo a sustentabilidade do meio ambiente e das atividades produtivas.

Figura 6: Orquestra Harmonia do Quilombo.



Fonte: Santana, Erisvaldo de Jesus, 2024.

A Orquestra Harmonia do Quilombo, traz o fomento a valorização da cultura, promovendo a inclusão e o desenvolvimento comunitário através da música, visando valorizar a herança cultural e histórica dessas comunidades enquanto oferece oportunidades de educação musical e desenvolvimento pessoal para seus membros, e fortalecendo os laços comunitários e incentivando o engajamento social através de apresentações, eventos e outras atividades que envolvam a comunidade.

Bem como a percepção da valorização cultural através da música, retrata-se também a unificação da escola com a comunidade, o Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lúcio de Santana é o contexto de referência para a construção de uma ruptura como preconceito e a discriminação, trabalhando formas de acentuar a representatividade negra e corroborando com o processo de auto identificação como remanescente.

Figura 7: EMEF Antônio Lúcio de Santana (vista interior)



Fonte: Lima, Cássia Ferreira, 2024.

Figura 8: EMEF Antônio Lúcio de Santana (vista exterior)



Fonte: Lima, Cássia Ferreira, 2024.

A intensificação do cuidado com a cultura afro-brasileira, que é construída desde os tempos da escravidão, tem sido cadenciada e tem evoluído fazendo -se presente no dia a dia da comunidade, bem como, nas datas em que são celebradas vitórias conquistadas pelo povo negro, o dia da Consciência Negra é de grande importância para os remanescentes, pois é planejado anteriormente e elenca a força desse povo, e leva ao conhecimento da sua história e segue passando de geração em geração.

Figura 9: Cartaz Dia da Consciência Negra



Fonte: EMEF Antônio Lúcio de Santana (facebook), (2023)

Figura 10: Desfile Dia da Consciência Negra



Fonte: Lima, Cássia Ferreira (2023)

Nessa Premissa constata-se a importância dessas comemorações e a eficácia para a luta pelo reconhecimento e fortalecimento da identidade, seja dentro do seio comunitário ou para a difusão dessa cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a absorção das principais ideias da pesquisa é possível se observar que as mudanças ainda são poucas, contudo tem sido eficaz e corroboram para a busca de novas conquistas, desencadeando uma maior participação comunitária e propiciando o auto reconhecimento dos seus direitos como quilombola.

O estudo da comunidade de remanescentes de quilombo do Alto do Capim, envolveu vários contextos, principalmente a busca bibliográfica a respeito da história e da formação do povoado até o presente momento, de comunidade certificada como remanescente de quilombo. E observando a comunidade a partir do olhar geográfico, a caracterização dessa comunidade a partir da auto identificação como negro dentro desse território e principalmente como descendente de escravos, e tendo suas terras certificadas e posteriormente tituladas e obtendo recursos de políticas públicas voltadas para as tais comunidades. A certificação foi um reconhecimento legal do seu território e proteção dos seus direitos.

Após a certificação houve uma grande adesão ao termo remanescentes de quilombo pelos moradores do povoado, crescendo assim o número de participantes da Associação Quilombola de Produtores Alto do Capim e Adjacências, e outras que visam a representação dos moradores e principalmente aqueles que vivem da produção rural. Relacionando os aspectos de mudança depois da certificação no ano de 2012, houve mudanças na conjuntura do povoado, como projetos de cultura que trabalham com a música e arte, e que na educação se estabeleceu um propósito a partir da propagação da educação do campo, e a integração social promovendo o respeito pela diversidade cultural, religioso, e trabalhando para uma sociedade inclusiva e livre de racismo. Ainda falta incorporar um currículo quilombola, contudo existe uma adequação para que ocorra discussões em sala a partir do contexto de vivência de comunidade quilombola.

A inserção da preservação cultural e sua autonomia e autodeterminação para tomar decisão sobre seu território. A questão econômica do povoado é concentrada na economia familiar, passada de geração em geração, e com a certificação vem crescendo a partir das parcerias com os governos municipal, estadual e federal com acesso a recursos financeiros e projetos voltados para a economia rural da comunidade e infraestrutura para a comunidade local e sua valorização bem como a busca da conservação e uso sustentável da terra.

E corroborando com essas parcerias as associações que se regem dentro da comunidade vêm sendo de grande importância, favorecendo e levando o nome da comunidade em todos os eventos, e buscando projetos que elevem cada vez mais o seu nome.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Quilombos – identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Preto, terras de Santo e Terras de Índio**. Uso Comum e Conflito/Revista do NEA. UFPA, 1989.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: AORI Comunicação, 2006.
- ARANTES, Antônio A. As tramas da memória: antigas estruturas e processos culturais contemporâneos. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 32, n. 2, p. 233-244, 1991.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARRUTI, José Maurício. **Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos**. Curitiba: SEED, 2010.
- AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. **Quilombos da Bahia: presença incontestável**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 796-812, 2005.
- BADIRU, Ajibola Isau; SIMONARD, Pedro. **A Questão dos Quilombos no Brasil: Conflito, Direito Originário e Liminalidade**. Revista do IHGB, v. 476, p. 261-286, 2018.
- BARBOSA, J. M. Memórias **Quilombolas: a luta pelo auto reconhecimento quilombola de Alto do Capim- Quixabeira**, 2017.
- BATISTA, Paula Carolina. **Políticas Públicas Culturais Para Construção da Identidade Quilombola**. São Paulo, c2011. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/295-988-1-PB.pdf>>. Acesso em, v. 12, 2011.
- BRASIL, Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. **Programa BRASIL QUILOMBOLA**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1131/SEPPIR%20GUIA%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> Acessado em: 02- 08- 2022.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 2 out. 2017.» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRITES, Jurema. *Aprendiz de bacana: mobilidade social e sociabilidade em uma terra afro-brasileira*. 1993.

CANTARINO O'Dwyer, Eliane. **QUILOMBOS: OS CAMINHOS DO RECONHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA CONTRASTIVA ENTRE O DIREITO E A ANTROPOLOGIA** *Fronteiras: Revista de História*, vol. 11, núm. 19, enero-junio, 2009, pp. 165-178 Universidade Federal da Grande Dourados.

CARRIL, L. de F. B. **Quilombo, território e geografia**. *Agrária* (São Paulo. Online), [S. l.], n. 3, p. 156-171, 2005. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i3p156-171. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/92> . Acesso em: 19 ago. 2023.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil Mito**. História. Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Decreto de Regulamentação do artigo 68 ADCT. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

DOS SANTOS, Joel Rufino. *Abolição*. Rio de Janeiro. Record, 1988.

GOMES, Daiane de Oliveira; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 317-326, 2020.

GROSSI, Patricia Krieger; BITENCOURT, João Vítor. As comunidades quilombolas no âmbito da política da assistência social. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Políticas Sociais, 2017, Brasil.**, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Região e regionalização num mundo des-territorializado. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, p. 37-58, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas**. *Etnográfica*, vol. IV (2), 2000.

LEITE, M. E. T. B. O CONCEITO DE QUILOMBO: HISTÓRIA E MEMÓRIA. *Revista Científica Educação*, v. 3, p. e 019010, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/51>. (Acessado em: 29- 07- 2022).

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. Selo Negro Edições, 2014.

Munanga, K. (2013). **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Movimento-Revista De educação (12). <https://doi.org/10.22409/mov.v0i12.158>

MALCHER, M. A. F. Identidade quilombola e território. 2009. (Apresentação de Trabalho.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 28, p. 137-153, 2013.

MOURA, G. **Quilombos contemporâneos no Brasil**. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) Brasil África: como se o mar fosse mentira. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, pp. 327-362.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo, Editora Global, 2006.

Miranda de Sousa, José Reinaldo Quilombos (palenques), terras de pretos: Identidades em construção Revista Brasileira do Caribe, vol. XI, núm. 22, enero-junio, 2011, pp. 33-57 Universidade Federal de Goiás Goiânia, Brasil

NASCIMENTO, M. B. Kilombo e memória ⁹comunitária: um estudo de caso. In: Estudos Afro-Asiáticos 6-7. Rio de Janeiro, CEEA/UCAM, 1982, pp.259-265

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de quilombo**. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
TERRAS DE QUILOMBO NO BRASIL: DIREITOS TERRITORIAIS EM CONSTRUÇÃO Eliane Cantarino O'Dwyer19

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, Joseane Maia Santos. Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. **Revista Palmares-Cultura Afro-brasileira. A FCP chega aos**, v. 21, 2012.

STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. São Paulo: Unesp, p. 185-227, 1998.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo precisa**. São Paulo. Anita Garibaldi. 2009

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS *CAMPUS IV* – JACOBINA-BA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

**ATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO**

Aos 03 dias do mês de julho de 2024, às 19h, reuniram-se na sala 01 de Geografia deste Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina os professores: Dr.Fábio Nunes de Jesus , Profª MA. Gislene Maria Mota, Profª Jorima Valoz dos Santos para avaliarem o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia intitulado:**QUILOMBO ALTO DO CAPIM: UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DE TERRITORIALIDADE** da discente **Cássia Ferreira Lima**. Terminada a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta para atribuir as notas e elaborar o parecer final da apreciação do trabalho, decidindo que a discente obteve média **nove (9,0)**, sendo assim aprovada , desde que efetuadas as devidas correções sugeridas pela Banca de TCC.



Documento assinado digitalmente

FABIO NUNES DE JESUS

Data: 14/08/2024 18:01:29-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr.Fábio Nunes de Jesus

Membro da Banca Examinadora: Profª MA. Gislene Maria Mota

Membro da Banca Examinadora: Profª Jorima Valoz dos Santos



Documento assinado eletronicamente por **Gislene Maria Mota Dos Santos, Professor**, em 15/08/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorima Valoz Dos Santos, Professor**, em 15/08/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00096225766** e o código CRC **38449138**.